

NEOCONSERVADORISMO E A NOVA DIREITA: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS AFRO-BRASILEIRAS

Gleivan Holanda Pinheiro (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Jani Alves da Silva
Moreira (Orientadora), e-mail: ra109646@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes /Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas

Subárea: Educação, Política Educacional.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Neoconservadorismo, Políticas Afro-brasileiras.

Resumo:

Trata-se do relatório final de iniciação científica que teve como objetivo compreender a base teórica do neoconservadorismo e a atuação da Nova Direita na proposta de reforma educacional atual no Brasil, nomeadamente no período denominado pós-golpe de 2016. A metodologia se refere a uma análise crítica documental contextualizada, no qual priorizou uma compreensão do contexto histórico-político e econômico para apreender suas determinações nas reformas educacionais que delinearam as políticas educacionais afro-brasileiras. Os resultados evidenciaram que as políticas públicas educacionais afro-brasileiras decorrem de um extenso processo de lutas e busca por direitos e que tiveram suas bases a partir da Lei 10.639/03, no entanto, pode-se concluir que as políticas públicas educacionais afro-brasileiras devem ser ampliadas mediante ações positivas do Estado independentemente de tendências políticas.

Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa intitulada “Neoconservadorismo e a nova direita: um olhar para as políticas educacionais afro-brasileiras”. Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica no qual o objetivo foi investigar as atuais políticas afro-brasileiras mediante o contexto neoconservadorismo e a atuação da Nova Direita nomeadamente após o período denominado pós-golpe de 2016. A problemática específica de investigação se refere a uma discussão a respeito de como peregrinam as políticas afro-brasileiras, em especial, na efetivação da Lei Nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) nos currículos e nas práticas escolares após mudanças ocorridas na nova gestão educacional do Ministério de Educação (MEC). A pesquisa se refere a uma análise crítica

documental contextualizada, no qual se prioriza uma compreensão do contexto histórico-político e econômico para apreender suas determinações nas reformas educacionais que promoveram novos contornos para as políticas afro-brasileiras.

Ao analisar as políticas públicas educacionais afro-brasileiras no cenário intitulado pós-golpe 2016, foram propostos os seguintes objetivos específicos: apresentar o cenário político contemporâneo brasileiro, introduzir a temática e história do movimento negro brasileiro no contexto político educacional e analisar as consequências sociais impostas pelo no arranjo político. A presente pesquisa propõe a seguinte problemática: Identificados os postulados do neoconservadorismo e da nova direita, que implicações resultariam desses movimentos para as políticas educacionais afro-brasileiras?

Para tanto será apontado no primeiro bloco os pressupostos históricos, filosóficos, políticos e econômicos do movimento neoconservador a partir de bases teóricas e publicações de 2016 a 2020, bem como a articulação da nova direita na democracia brasileira neste período, entendido como pós-golpe. Por conseguinte, o segundo tópico abordará de forma histórico-sistemática a luta do movimento negro contra as desigualdades bem como as ações afirmativas no âmbito jurídico nacional. Por último, discorre-se sobre a crise da democracia brasileira e suas implicações nas reformas educacionais, sobretudo nas políticas afro-brasileiras. Com intuito de desenvolver a fundamentação teórica realizou-se um estudo bibliográfico a partir de uma pesquisa exploratória.

Materiais e métodos

Esta pesquisa, de cunho teórico bibliográfico, apresenta uma análise documental, tendo como base o estudo de documentos legais e institucionais que tratam sobre o tema. Os materiais utilizados foram livros, revistas, artigos, entrevistas e notícias veiculadas na mídia eletrônica referente ao período entre 2016 a 2020. Refere-se a uma investigação crítica e contextualizada que apresenta uma reflexão sobre as atuais políticas educacionais afros brasileiras.

Tal mediação analítica foi estabelecida tendo como consideração que as políticas educacionais tiveram como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórico-concreta, portanto, parte-se da compreensão da totalidade histórica, para em seguida, compreender as mudanças realizadas pelo respectivo período.

Foram utilizados os seguintes tipos de leitura: leitura informativa, feita com o propósito de buscar informações que possibilitassem a resolução do problema; leitura interpretativa, com finalidade de dialogar as ideias defendidas pelos autores sobre o tema; leitura crítica para a discussão da pertinência ou não das informações coletadas.

Com o estudo proposto buscou-se por meio de levantamentos bibliográficos, dados e informações que contribuíram para a compreensão das políticas educacionais afro-brasileiras no atual cenário político brasileiro.

Resultados e Discussão

O presente relatório de pesquisa foi proposto com a finalidade de analisar as políticas públicas educacionais afro-brasileiras no atual momento político do país. Quanto a este objetivo verificou-se que as políticas públicas educacionais brasileiras decorrem de um extenso processo de lutas e busca por direitos. Demonstrou que as principais políticas públicas educacionais afro-brasileiras foram discutidas e implementadas no contexto dos governos de Lula e Dilma Rousseff por intermédio da Lei N.º 10.639/03 (BRASIL, 2003); Resolução N.º 01/2004 (BRASIL, 2004) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que especificou os objetivos da Lei N.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) e pela Lei N.º 12.711/12 (BRASIL, 2012) que institui as cotas socioeconômicas de ingressos nas Universidades Públicas. Por meio das discussões foi possível averiguar que há um flagrante dificuldade a respeito do tema na atual conjuntura política brasileira, pois acena-se para os desmontes e desmantelamentos das reformas educacionais que foram pleiteadas diante de debates e embates durante uma longa trajetória histórica. Conforme texto expresso do artigo 205 da Constituição Federal de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Todavia, por vezes esse direito é mitigado quando se trata de políticas de inclusão e de reparação. Conclui-se que as políticas públicas educacionais afro-brasileiras devem ser ampliadas mediante ações positivas do Estado e toda a sociedade, independentemente de tendências políticas. Face ao exposto, a luta pela igualdade ampliou-se e requer uma resistência ativa e organização dos movimentos e segmentos educacionais.

Conclusões

Conclui-se que as políticas públicas educacionais afro-brasileiras devem ser ampliadas mediante ações positivas do Estado e toda a sociedade, independentemente de tendências políticas. Face ao exposto, a luta pela igualdade ampliou-se e requer uma resistência ativa e organização dos movimentos e segmentos educacionais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer imensamente a profª Jani Alves que me ouviu atentamente e me acolheu no desenvolvimento desta pesquisa, sempre disponível a ajudar e acompanhar durante todo o processo.

Agradeço à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação pelo apoio e gestão do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual de Maringá, à Fundação Araucária que me propiciou a bolsa para a realização da pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luís. **Neoconservadorismo e liberalismo**. Livro: **O ódio como política**. ebook, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf>Acesso em: 17 Jan 2020.

EDITORIAL. **NEOCONSERVADORISMO, EDUCAÇÃO E PRIVAÇÃO DE DIREITOS**. Revista Educação e Sociedade. n.141. v. 38. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000400865>Acesso em: 18 Jan 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>Acesso em: 29 Jan 2020.

BRASIL. **Resolução nº01/2004**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>>Acesso em: 29 Jan 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 03/2004**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>Acesso em: 29 Jan 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>Acesso em: 29 Jan 2020

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 Jun 2020.